



INTERNET E PARTICIPAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO¹

INTERNET AND PARTICIPATION IN SÃO PAULO CITY

Sérgio Amadeu da Silveira²
Paulo Roberto Elias de Souza
Adriana Delorenzo

Resumo: O artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada em dez praças e em seu entorno, que vão receber wi-fi grátis, em São Paulo. Foram entrevistadas mil pessoas sobre os usos, hábitos e práticas em relação à Internet. Analisou-se como os entrevistados utilizam a rede, bem como seus efeitos sociais, econômicos, políticos e culturais. O trabalho também procurou demonstrar as relações entre sexo, renda, raça e escolaridade e a participação política. O objetivo da pesquisa era verificar a relação da população paulistana com o ciberespaço.

Palavras-Chave: Internet. Participação Política. Inclusão Digital.

Abstract: The article presents the results of research carried in ten squares and its surroundings, which will receive free wi-fi, in São Paulo. Thousand people were interviewed about the uses, habits and practices in relation to the Internet. Analyzed how respondents use the network as well as their social, economic, political and cultural. The work also sought to demonstrate the relationships between gender, income, race, and education and political participation. The objective of the research was to determine the relationship of São Paulo population with cyberspace.

Keywords: Internet. Political Participation. Digital Inclusion.

1. Introdução

Este artigo trata das implicações da Internet na participação cívica e política dos cidadãos do município de São Paulo, bem como, quer sugerir quais variáveis

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Internet e Política do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015.

2 Docente da UFABC, Doutor em Ciência Política pela USP, e-mail: samadeu@gmail.com; Doutorando em Ciências Humanas e Sociais na UFABC, e-mail: paulorobertosouza@ymail.com; Mestranda em Ciência Humanas e Sociais na UFABC, e-mail: adrianadelorenzo@gmail.com.



são importantes para explicar os diferentes níveis de acesso e uso dos sites governamentais. Os dados foram extraídos da pesquisa “Conectividade e Inclusão Digital para São Paulo”, realizada pela Prefeitura da Cidade de São Paulo em parceria com a UFABC – Universidade Federal do ABC. O objetivo geral da pesquisa é estudar os efeitos da Internet, em suas múltiplas dimensões, na vida dos cidadãos e das comunidades atendidas pela política de abertura de sinal de rede sem fio Wi-Fi.

A população-alvo da pesquisa foi composta por residentes do município de São Paulo, acima de 12 anos, frequentadores das praças nas quais será aberto o sinal de wi-fi e moradores do entorno de dez praças³ selecionadas, respeitando critérios de estratificação socioeconômica do município. Foram realizadas 1.000 (mil) entrevistas durante os meses de julho e agosto de 2014.

A análise buscou demonstrar as relações entre renda e participação política, bem como sugere que existe uma forte correlação entre a faixa etária e a participação. A influência da escolaridade também é um componente fundamental que encontramos no agrupamento de pessoas mais dispostas a participar. É nítida a interferência que o componente renda gera na disposição de tomar parte de eventos no Facebook, em geral, e aqueles de caráter político nas redes sociais. A pesquisa permite-nos afirmar a hipótese de que os componentes renda, idade e escolaridade são vitais para compreender o comportamento político na Internet.

Outro destaque da pesquisa é o uso dos portais das esferas de governo, federal, estadual e municipal. A pretensão do levantamento era permitir realizar comparações com o uso de equipamentos públicos. Percebemos que existe um conjunto expressivo de usuários que apesar de não utilizar os serviços públicos presenciais, utilizam os portais de governos eletrônicos. Buscou-se comparar as pessoas que responderam a pesquisa afirmando participarem de discussões relevantes para o município e o uso que realizam dos sites governamentais.

³ Praça da Bandeira, Praça da República, Largo da Piraporinha, Praça do Feirão São Luís, Praça Dona Mariquinha Sciascia, Parque Domingos Luís, Praça Brasil, Praça do Forró, Praça General Carneiro e Praça Elis Regina.



Tanto a formulação das questões quanto as análises partiram da necessidade de confirmar ou recusar a hipótese da existência de uma associação positiva entre a participação política e o uso da Internet. O texto também busca confirmar a importância do acesso à informação para a participação e para o chamado engajamento cívico.

2. Participação política e o uso da Internet

O debate sobre as implicações da Internet na participação política não é novo, mas também não é conclusivo. Diversos estudos têm se dedicado a debater e analisar se as tecnologias de rede digitais contribuíram para aumentar a participação política (Benkler, 2006; Gomes, 2005a), se novas formas de participação e novos estímulos para o engajamento foram abertos pelas tecnologias da informação e comunicação (Castells, 1997; Aikins, 2008), se a Internet alterou o capital social dos processos coletivos de sociabilidade (Bimber, 2000; Silveira e Dias, 2011), e se a infraestrutura das redes pode revigorar a democracia (Rheingold, 1993; Castells, 1997; Coleman e Blumler, 2009; Maia, Gomes e Marques, 2011).

Enquanto que para Yochai Benkler a Internet ampliou a esfera pública tornando-a interconectada e reduzindo drasticamente os custos para indivíduos se tornarem “falantes” (p. 212), para Coleman e Blumler, a Internet não é uma tecnologia inerentemente democrática (2009, p.166). Os pesquisadores britânicos advogam:

Para as pessoas se aproximarem da democracia, três coisas precisam acontecer. Em primeiro lugar, as instituições e os processos democráticos devem se tornar sensíveis para as maneiras pelas quais as pessoas reais contam suas histórias e expressam seus medos e desejos. Para a maioria das pessoas, a vida é registrada em narrativas fragmentadas, em vez de discursos coerentes, em sentimentos ao invés de posições ideológicas.

Somente traduzindo essas expressões da governança é que poderemos falar às pessoas. Em segundo lugar, a democracia tem de se manter em contato com aqueles em nome dos quais ela governa. A comunicação ocasional, quando é necessário obter votos, está fadada a ser julgada como barata e cínica. A conversa democrática deve ser incessante para ser credível. Terceiro, a interação do público com o processo democrático deve deixar a sua marca. Os cidadãos de uma democracia não querem ter suas opiniões consultadas apenas para que um governo possa dizer que consultou suas opiniões. Eles querem ver uma relação autêntica entre falar e ser ouvido, entrada e saída, com ações para valer.”⁴ (Coleman, Blumler, 2009, p.166)

As ondas de manifestações que iniciaram a partir de articulações nas redes sociais online, em 2010 na Tunísia, se espalhando pelos países árabes, os arranjos em rede na Islândia, o movimento dos indignados na Espanha, o Occupy Wall Street, os protestos na Turquia e no Brasil, em 2013, de certo modo não podem ser contrapostos às posições de Coleman e Blumler, mas colocaram em xeque as análises que propunham que apenas uma parte menor da ação política ocorria mediante ações digitais (Gomes, 2011, p.40). Castells, no livro “Redes de Indignação e Esperança”, sintetizou elementos empíricos que demonstram que os movimentos sociais em rede se tornam movimentos ao ocupar o espaço urbano (2013, p.160). A separação rígida entre ação na Internet apartada da ação presencial não parece ser uma boa tese quando se analisa a participação política. Redes se articulam com as ruas.

... tornou-se cada vez mais evidente que a internet não pode ser “destacada” do contexto mais amplo da vida das pessoas, como se

4 Tradução livre: “For people to get closer to democracy, three things need to happen. First, democratic institutions and processes must become sensitised to the ways in which real people tell their stories and express their fears and desires. For most people, life is recorded in fragmented narratives rather than coherent speeches, in heartfelt values rather than ideological stances. Only through translation into this expressive vernacular can governance speak to humanity. Second, democracy must keep in touch with those in whose name it governs. Occasional communication when votes are needed is bound to be dismissed as cheap and cynical. The democratic conversation must be incessant if it is to be credible. Third, public interaction with the democratic process must leave its mark. Citizens of a democracy do not want to be asked their opinions merely so that a government can say it has asked them their opinions; they want to see an authentic relationship between speaking and being heard, input and output, touching the lever and seeing the wheel turn.”



constituísse um mundo virtual paralelo ou à parte do fluxo de atividades cotidianas. Ao invés disso, a internet deve ser entendida de modo integrado ao conjunto da vida, suplementando as interações face a face e o uso de outras tecnologias de comunicação mais tradicionais. (Maia, 2011, 71)

Uma das grandes dúvidas no início da pesquisa sobre participação e Internet em São Paulo estava baseada na premissa de que as redes digitais afastariam as pessoas e gastariam no ciberespaço o escasso tempo que elas teriam para o engajamento cívico (Tarrow, 1998). As constatações empíricas recentes demonstram que a Internet aproximou as pessoas e aumentou os relacionamentos presenciais. Na cidade de São Paulo foi constatado que 64,2% dos cidadãos conectados afirmaram ter aumentado a frequência de contatos com os amigos a partir do uso da Internet. Apenas 3,5% sentem que a comunicação com os amigos diminuiu, sendo que para 32,3% dos entrevistados tudo continuou como antes da sua adesão à rede.

Os movimentos de junho de 2013 e os recentes protestos articulados pelos perfis de oposição ao governo Dilma são parâmetros para observar a relação entre tempo gasto nas redes virtuais e o engajamento em ações presenciais, como manifestações de rua: 1) a conjuntura política e os humores da opinião pública cada vez mais interconectada são os elementos decisivos para levar ou não um maior número de cidadãos das redes para as ruas; 2) os debates, as postagens de opinião, os memes, a replicação de mensagens no ciberespaço, seja na web, seja em plataformas como Whatsapp, é um tempo consumido politicamente e geram efeitos na conjuntura política.

3. Metodologia e dados da pesquisa

Uma equipe de oito pesquisadores aplicou um questionário entre os meses de julho e agosto de 2014 em dez praças que vão receber do Poder Público Municipal a instalação de sinal wi-fi grátis. Ao todo foram 1.000 pessoas entrevistadas, todas identificadas com informações de gênero, raça, idade, renda,

entre outras, que permitiram o cruzamento dos dados para análise. O questionário foi desenvolvido com o objetivo de verificar a relação da população com o ciberespaço: se possui conexão, a qualidade da conexão, qual o local, quais os usos dos dispositivos da Internet, as dificuldades para a participação na web, os sites mais utilizados, o acesso a informações públicas online, entre outras práticas.

A metodologia de análise utilizada foi a de *survey*, isto é uma análise quantitativa, cuja amostragem serve como base para analisar a relação entre os paulistanos e a Internet de forma mais ampla. Foram realizadas três visitas em cada praça para a aplicação dos questionários face a face, duas em dias úteis e uma no sábado.

Em relação aos usos e empregos da Internet, o levantamento apontou os seguintes dados: 88,9% dos paulistanos entrevistados já utilizaram a Internet pelo menos uma vez. Dentre estes, 83,8% frequentam as redes digitais diariamente e 16,1% acessam ao menos uma vez por semana. Dos entrevistados que utilizam diariamente, 52,6% acessam o dia todo, 24,1% só o fazem a noite e apenas 3,2% acessam pela manhã. É importante destacar que entre todos os entrevistados, 36,1% navegam na Internet todos os dias. Esses resultados indicam que o uso da Internet já é uma realidade para uma grande parcela da população da cidade.

Outros dados importantes são que: 59,4% usam o celular para acessar internet; 60,1% utilizam a conexão wireless fora de casa; apenas 1,1% dos entrevistados usa o sistema operacional Linux, enquanto 85,4% utilizam o Microsoft Windows; o navegador Google Chrome é utilizado por 58,7%; 64,2% dos que acessam a rede afirmam que a Internet gerou um aumento da comunicação com os amigos; 54,4% consideram que a frequência da comunicação com os familiares aumentou; a percepção de 51,9% dos entrevistados é que os contatos profissionais também cresceram com a Internet.

Do grupo de entrevistados que utilizam a Internet, 70,5% alegam utilizá-la para realizar estudos, 37,5% acessam sua escola ou faculdade pelas redes e 23,8% já realizou algum curso via Internet, um número muito expressivo. Sobre o comportamento cultural e cotidiano, a pesquisa mostrou que 32,6% dos entrevistados conectados à Internet já baixaram livros ou e-books, 59,6% utilizam a Wikipédia, 59%

utilizam a rede para procurar emprego e 32,9% alegam ter conseguido emprego a partir da Internet. Além disso, 15,6% dizem conhecer sistemas de crowdfunding, destes 21,5% afirmam ter realizado doações. Dentre os entrevistados com acesso à Internet, 13,4% alegam ter ganho dinheiro com atividade nas redes.

Em relação às redes sociais na Internet, o levantamento também mostrou que elas são bem utilizadas. Em resposta à pergunta sobre o que mais acessa na internet, 63,9% dizem que são “mídias sociais/chats/blogs”. Já na questão sobre as formas de comunicação pessoal, 86,5% participam de redes sociais; 85,2% enviam e recebem e-mail; 75,1% baixam conteúdos diversos; 74,5% enviam e recebem mensagens instantâneas. Entre os serviços e plataformas mais utilizados, o Google é citado por 96,8% dos entrevistados, o Facebook por 86%, o Youtube por 83,6% e o WhatsApp por 63,3%.

Com o objetivo de identificar a importância da rede mundial de computadores como espaço de debate político, o questionário perguntou ainda se os entrevistados já participaram de eventos convocados por redes sociais. Surpreendentemente, 38,1% dos que acessam a Internet afirmam que já participaram desses eventos, enquanto 61,9% respondem negativamente. Sobre as manifestações convocadas pela Internet, 14,9% dizem que já participaram e 85,1% afirmam que não. Entre os que atenderam às convocações realizadas pela Internet, 27% afirmam que já o fizeram mais de uma vez, enquanto 73% declaram ter participado somente uma vez. Deste grupo que já atendeu à convocação de manifestação pela rede, 39,8% não conheceram os organizadores, contra 60,2% que dizem conhecê-los.

O fato de aproximadamente 40% não conhecerem os organizadores das manifestações que participaram mostra que as próprias redes distribuídas cumpriram um papel de organizador coletivo, de intermediário político, funções antes desempenhadas pelos partidos, sindicatos e comunidades eclesiais de base, entre outras organizações. A Internet além de reduzir drasticamente os custos de convocação de manifestações, permite que microlideranças, pessoas comuns e coletivos menores convoquem eventos pelas redes. O que não significa que a Internet tenha poderes em si de levar pessoas às ruas. O que leva pessoas a participar de atos presenciais é um conjunto de elementos, entre os quais é possível destacar a conjuntura políti-



ca, o grau de apelo da causa do chamamento e a reputação adquirida nas redes pela página ou grupo conclamador.

Ainda sobre a participação política na Internet, 8,9% dos entrevistados dizem participar de algum grupo ou comunidade de discussão ou ação política na Internet. Fora da rede, este índice é maior. O percentual de pessoas que afirmam participar de atividades políticas fora da Internet é de 14,9%. A pesquisa também questionou sobre a participação em consultas ou votações online, e apenas 17,7% dos entrevistados responderam positivamente. Em relação a abaixo-assinados ou petições online, 23,2% dizem assinar. Destes, a maioria põe o seu nome em causas políticas (36%), seguidas de questões sociais (16,6%), direitos dos animais (16,6%), questões ambientais (15,4%) e outras.

O trabalho revelou que quase metade da população paulistana (49%) acessa sites e portais governamentais. Sem dúvida, o acesso é motivado menos por interesses deliberativos e mais pela busca de informações e serviços. Todavia, é importante notar que os canais de participação abertos pelos poderes públicos para incentivar conversações sobre problemas das políticas públicas são ainda escassos e irregulares. Ainda há a grande ausência do que Wilson Gomes constatou como mais importante do que a espera pela grande participação, ou seja, “um número apropriado de canais e oportunidades para que qualquer cidadão (todo o indivíduo concernido e afetado pelo sistema de decisões da comunidade política) possa se tornar uma participante da esfera pública e da vida política, em conformidade com seu desejo e motivação” (Gomes, 2011, p.41).

Mulheres nas redes e nas ruas

Do total de entrevistados nesta pesquisa, 52% são mulheres e 48%, homens, o que resultou em uma distribuição que corresponde aos dados do Censo 2010 para o município de São Paulo. Das pessoas que afirmam já terem participado de manifestações convocadas pela internet, 44,5% são do sexo feminino e 55,5% do masculino. Já entre as pessoas que dizem que nunca participaram, 52,4% são mulheres, 47,5% homens e 0,1% não quis identificar seu sexo.



Entre as pessoas que participaram de manifestações convocadas pela internet, foi questionado se haviam participado mais de uma vez. Entre as que responderam que não, 51,5% são do sexo feminino e 48,5%, do sexo masculino. Entre as que responderam que sim, 41,6% são do sexo feminino e 58,4% são do sexo masculino. As dificuldades para a participação presencial parecem ser maiores para as mulheres do que para os homens.

Entre as pessoas que não conheciam os grupos que organizaram as manifestações, mas que delas participaram, 36,7% são do sexo feminino e 63,3%, do sexo masculino. O nível de conhecimento e de confiança parece ser um requisito mais importante para as mulheres do que para os homens.

Em relação às manifestações organizadas pela internet, 53,3% das pessoas que organizaram, são do sexo feminino, e 46,7%, do masculino. É importante ressaltar que de todos os entrevistados conectados à Internet, apenas 1,8% afirmaram já terem convocado uma manifestação pela rede. Fica claro a necessidade de realizar estudos mais aprofundados sobre as lideranças que emergiram nas redes e as lideranças das organizações de massa tradicionais que utilizam as redes para articular, comunicar e convocar ações políticas.

Para as que já haviam organizado manifestações pela internet, se perguntou qual manifestação fora organizada por elas. Entre as várias respostas, as mais frequentes foram: Manifestações de Junho (3), Tarifa de ônibus e mobilidade urbana (2) e Rolezinho (2). Isso ocorre principalmente porque as manifestações de 2013, na cidade de São Paulo, foram efetivamente expressivas e sua convocação fora claramente distribuída nas redes. Sem dúvida, isso não implica no reconhecimento da primazia das páginas do Passe Livre na convocação das chamadas jornadas de junho. Já a amostra ter captado duas pessoas em mil que afirmam ter organizado os Rolezinhos, também revela a força desse fenômeno que mistura ação cultural, práticas de entretenimento com protesto político. Demonstra também a relevância dos grupos de periferia que se articulam culturalmente nas redes sociais online.

Já o percentual de entrevistados que participa de algum grupo ou comunidade de discussão ou ação política na Internet é de 8,9%. Destes, 53,2%



são do sexo feminino e 46,8%, do sexo masculino. Entre as respostas negativas, 50,7% são mulheres, 49,2% homens e 0,1% não quis identificar o sexo.

Entre as que responderam que participam de grupo ou comunidade de discussão ou ação política na internet, constatou-se cinco categorias de grupos: de discussão sobre política (18), de discussão sobre artes e música (5), de discussão sobre coletivos e movimentos sociais (13), não especificados (14) e outros (9). Das pessoas que participam de grupos de discussão política, 55,6% são do sexo masculino e 44,4%, do sexo feminino. Das pessoas que participam de grupos de discussão sobre artes e música, 60% são do sexo feminino e 40% do masculino. Entre as que participam de coletivos e movimentos sociais, 76,9% são do sexo feminino e 23,1% do masculino. 42,9% das pessoas que participam de grupos não especificados, 42,9% são do sexo feminino e 57,1% do sexo masculino. Entre a categoria de Outros, 33,3% são do sexo feminino e 66,7% do sexo masculino.

Já dos que participam de atividades políticas fora da internet, 44,8% são mulheres e 55,2%, homens. Entre os que não têm essa prática, 52,9% são do sexo feminino e 47%, do masculino. Enquanto, as mulheres participam mais de discussões políticas na Internet, fora da rede, os homens levam vantagem.

Sobre votações/consultas sobre política, 41,9% das pessoas que responderam positivamente são do sexo feminino e 58,1%, do sexo masculino. Entre as respostas negativas, 53,5% são do sexo feminino, 46,4% do sexo masculino e 0,1% não identificou seu sexo.

Na questão sobre abaixo-assinados ou petições online, 44,8% das pessoas que utilizam estas ferramentas são do sexo feminino e 55,2% do sexo masculino. Entre as que não utilizam, 52,3% são do sexo feminino, 47,6% do sexo masculino e 0,2% não identificou seu sexo.

Na pergunta sobre a participação em discussões sobre temas relevantes para a cidade, 46,7% são do sexo feminino e 53,3%, do sexo masculino. Entre não participantes, 53% são do sexo feminino, 46,8%, do sexo masculino e 0,1% não identificou seu sexo.

Na questão acerca da utilização de equipamentos e/ou serviços públicos na região, 54,3% das pessoas que utilizam são do sexo feminino e 45,7% do



masculino. Entre as que não utilizam, 46,6% são do sexo feminino, 53,1% do sexo masculino e 0,3% não identificou seu sexo.

Das pessoas que acessam sites e portais governamentais, 48,2% são do sexo feminino enquanto 51,8%, do sexo masculino. As respostas negativas se dividem em: 53,9% de pessoas do sexo feminino, 45,9% do sexo masculino e 0,2% não identificou seu sexo.

Renda e participação política

A maioria dos entrevistados (45,9%) declara renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos (SM), 21,8% ganham entre 1 e 2 salários mínimos, 10% recebem até 1 salário mínimo, 10,9% possuem renda entre 5 e 10 mínimos, 4,5% recebem acima de 10 salários mínimos, 0,5 não tem rendimento e 6,4% não informaram.

Entre aqueles que já participaram de manifestações convocadas pela internet, 0,8% não possui renda, 8% ganham até 1SM, 16,8% ganham entre 1 e 2 SM, 54,4% recebem entre 2 e 5 SM, 13,6% recebem entre 5 e 10 SM e 6,4% recebem mais de 10 SM. Entre os que responderam que participaram mais de uma vez, 1,2% não possuem rendimento, 3,5% recebem até 1 SM, 17,4% recebem entre 1 e 2 SM, 53,5% recebem entre 2 e 5 SM, 17,4% recebem entre 5 e 10 SM e 7% ganham mais de 10 SM. Entre aqueles que responderam que conheciam as pessoas ou grupos que organizaram, 7% recebem até 1 SM, 23,9% recebem entre 1 e 2 SM, 50,7% recebem entre 2 e 5 SM, 11,3% recebem entre 5 e 10 SM e 7%, mais de 10 SM.

Entre aqueles que já organizaram manifestação pela internet, 13,3% recebem até 1 SM, 26,7% recebem em 1 e 2 SM, 53,3% recebem entre 2 e 5 SM, 6,7% de 5 a 10 SM. Entre os que disseram que participam de algum grupo ou discussão política na internet, 9,3% recebem até 1 SM, 9,3% entre 1 e 2 SM, 56% entre 2 e 5 SM, 17,3% recebem entre 5 até 10 SM e 8% recebem mais de 10 SM. Dos que responderam que participam de grupos de discussão sobre política, 16,7% recebem até 1 SM, 72,2% de 2 até 5 SM, 5,6% recebem de 5 até 10 e também 5,6% daqueles que discutem sobre política na Internet recebem mais de 10 SM. Entre



aqueles que acessam grupos de discussão sobre movimentos sociais, 7,7% recebem até 1 SM, 84,6% entre 2 e 5 SM e 7,7% entre 5 e 10 SM.

Quem participa de atividade política fora da internet, 0,7% não possui rendimento, 14,2% recebem até 1 SM, 19,1% entre 1 e 2 SM, 41,8% de 2 a 5 SM, 17,7% entre 5 e 10 SM e 6,4% mais de 10 SM. Sobre a participação em votações ou consultas sobre política, 0,7% não possui rendimento, 8,5% até 1 SM, 9,2% entre 1 e 2 SM, 49,7% 2 até 5 SM, 19% recebem de 5 até 10 SM e 13,1% recebem mais de 10 SM. Na pergunta sobre a assinatura de petições online, entre os que já assinaram 0,5% não possui renda, 6,7% recebem até 1 SM, 10,8% recebem entre 1 e 2 SM, 50,7% recebem entre 2 e 5 SM, 20,5% entre 5 e 10 SM e 10,8% recebem mais de 10 SM.

Dos que participam de discussões sobre a cidade, 6,9% recebem até 1 SM, 14,3% recebem entre 1 e 2 SM, 53,7% recebem entre 2 e 5 SM, 19,2% recebem entre 5 e 10 SM e 5,9% recebem mais de 10 SM.

Participação e raças

A composição de raça apresenta diferenças com o verificado pelo Censo 2010 no município de São Paulo. Enquanto no Censo, 60,6% da população residente em São Paulo se declarou branca, o percentual registrado por esta pesquisa é de 53,5%. Ao mesmo tempo, na presente pesquisa, 15,2% das pessoas entrevistadas se declaram preta, sendo que no Censo 2010 foram 6,5%. As pessoas que se declaram pardas compõem 27,4% da amostra. O restante (3,9%) se diz amarela ou indígena.

Das pessoas que responderam que já participaram de manifestações, 46% se declaram brancos, 14,5% pretos, 34,7% pardos, 3,2% amarelos. Entre os que responderam que participaram mais de uma vez, 44,2% são brancos, 14% pretos, 36% pardos, 4,7% amarelos e 3,1% indígenas. Entre os que responderam que conheciam os grupos que organizaram as manifestações 38% se dizem brancos, 16,9% pretos, 39,4% pardos, 2,8% amarelos e 2,8% indígenas.



Entre os que já organizaram manifestações pela Internet, 60,9% são brancos, 13,3% pretos, 26,7% pardos e 0,5% indígenas. Entre aqueles que organizaram, foram divididas quatro categorias de protestos: “Manifestações de junho”, “Tarifa de ônibus e mobilidade urbana”, “Rolezinho”, “Outros”. Entre aqueles que organizaram alguma “manifestação de junho”, 33,3% eram brancos e 66,7% pardos.

Entre os que responderam que participavam de algum grupo ou discussão política na internet, 52,7% são brancos, 13,5% pretos, 28,4% pardos, 4,1% amarelos 1,4% indígenas. Entre os que participam de algum grupo ou discussão na internet, foram divididas cinco categorias: “Grupos de discussão sobre política”, “Grupos de discussão sobre arte e música”, “Grupos de discussão sobre coletivos e movimentos sociais”, “Grupos não especificados”. Nos grupos de discussão sobre política, 50% dos que responderam que participam de algum grupo com a temática são brancos, ao passo que 11,1% negros, 27,8% pardos, 5,6% amarelos e 5,6% indígenas. Nas respostas sobre grupos de discussão sobre coletivos e movimentos sociais, 69,2% são brancos, 23,1% pretos e 7,7% pardos.

Entre aqueles que responderam que participam de atividades políticas fora da internet, 48,9% são brancos, 17% pretos, 29,8% pardos, 2,1% amarelos, 2,1% por indígenas. Os que participam de consultas ou votações sobre política online são compostos 54,1% por brancos, 15,9% por pretos, 25,5% por pardos, 3,2% por amarelos e 1,3% por indígenas. Entre os que assinam abaixo-assinados ou petições online, são compostos 57,9% por brancos, 13,3% pretos, 23,6% pardos, 4,6% amarelos e 0,5% indígenas. Entre aqueles que participam de discussões sobre temas relevantes para a cidade na Internet, 51,7% são brancos, 16,9% pretos, 28% pardos, 2,4% amarelos e 1% indígenas.

Entre aqueles que responderam que utilizam serviços públicos na região, 52,9% são brancos, 15% pretos, 28,6% pardos, 2,7% amarelos e 0,9% indígenas. Entre aqueles que responderam que utilizam “Escola”, 44,2% são brancos e utilizam escolas da rede estadual, 17,9% são pretos, 35,8% pardos, 1,1% amarelos e 1,1% indígenas. Entre os que responderam que utilizam escolas municipais, 36,1% são brancos, 13,9% pretos, 47,2% pardos e 2,8% amarelos.



Escolaridade e participação política na Internet

Em relação à escolaridade, 12,6% possuem o ensino fundamental incompleto, 9% têm o fundamental completo, 11% têm o médio incompleto, 30,7% possuem o médio completo, 12% o superior incompleto, 20,6% têm superior completo, 3,4% possuem pós-graduação e 0,7% não possui escolaridade.

Das pessoas que já participaram de manifestações convocadas pela internet, 4,7% tem fundamental incompleto, 1,6% tem apenas fundamental completo, 10,9% tem ensino médio incompleto, 22,7% médio completo, 28,9% graduação e 27,3% pós-graduação. Os dados indicam que a escolaridade pode influenciar na participação. Quanto mais alta, a tendência é maior.

Entre as pessoas que participaram de manifestações convocadas pela Internet, foi perguntando se haviam participado mais de uma vez. Das que responderam positivamente, 6,7% destas têm fundamental incompleto, 1,1% apenas fundamental completo, 7,9% ensino médio incompleto, 22,5% médio completo, 31,5% superior incompleto, 27% superior completo e 3,4% são pós-graduadas.

Ainda entre as pessoas que participaram de manifestações convocadas pela Internet, questionou-se se conheciam os grupos que organizaram as manifestações. Entre as respostas positivas, 5,4% têm fundamental incompleto, 2,7% fundamental completo, 8,1% ensino médio incompleto, 24,3% ensino médio completo, 27% ensino superior incompleto, 28,4% ensino superior completo e 4,1% pós-graduação.

Das pessoas que já organizaram manifestações pela internet, 6,7% têm fundamental incompleto, 0% fundamental completo, 26,7% médio incompleto, 13,3% médio completo, 13,3% ensino superior incompleto, 33,3% ensino superior completo e 6,7% pós-graduação.

Das que já organizaram manifestações pela internet, entre as várias respostas, pode-se constatar quatro grandes grupos de escopo de manifestações:



Manifestações de Junho (3), Tarifa de ônibus e mobilidade urbana (2), Rolezinho (2) e Outros (2). Entre as pessoas que organizaram manifestações voltadas para as Manifestações de junho, 33,3% têm ensino médio completo e 66,7% superior completo. Entre as manifestações de Tarifa de ônibus e mobilidade urbana, 50% têm fundamental completo e 50% têm superior completo. Já os Rolezinhos, entre os organizadores, 50% têm fundamental incompleto e 50%, fundamental completo. Entre os organizadores de outras manifestações, 50% têm ensino superior incompleto e os outros 50%, superior completo.

Sobre a participação em algum grupo ou comunidade de discussão ou ação política na internet, entre as que responderam de forma positiva, 2,6% têm fundamental incompleto, 0% apenas o fundamental completo, 7,8% têm ensino médio incompleto, 16,9% têm ensino médio completo, 32,5% têm superior incompleto, 35,1% têm superior completo e 5,2% pós-graduação.

Entre as que responderam positivamente que participavam de grupo ou comunidade de discussão ou ação política na internet, constatou-se cinco categorias de grupos: de discussão sobre política (18), de discussão sobre artes e música (5), de discussão sobre coletivos e movimentos sociais (13), não especificados (14) e outros (9) 22,2% das pessoas que participam de grupos de discussão política tinham o ensino médio completo, 38,9% têm ensino superior incompleto e 38,9% têm superior completo, 20% das pessoas que participam de grupos de discussão sobre artes e música possuem ensino médio completo, 40% possuem ensino superior incompleto. Entre as que participam de coletivos e movimentos sociais, 7,7% têm fundamental incompleto, 15,4% têm ensino médio incompleto, 23,1% têm ensino médio completo, 7,7% têm superior incompleto 7,1% das pessoas que participam de grupos não especificados têm fundamental incompleto, 7,1% possuem ensino médio incompleto, 28,6% têm ensino médio completo, 35,7% têm superior incompleto, 21,4% têm superior completo. Entre a categoria de Outros, 11,1% têm superior incompleto, 66,7% têm superior completo e 22,2% têm pós-graduação.

Ao perguntar se as pessoas participavam de atividades políticas fora da internet, entre as respostas positivas, 0,7% das pessoas não possuem escolaridade,



8,3% têm ensino fundamental incompleto, 4,8% têm ensino fundamental completo, 9% têm ensino médio incompleto, 29,7% têm ensino médio completo, 16,6% têm ensino superior incompleto, 27,6% têm superior completo e 3,4% têm pós-graduação.

Quando perguntado se participavam de votações/consultas sobre política, 2,5% das pessoas que responderam positivamente possuem fundamental incompleto, 5,6% fundamental completo, 6,9% ensino médio incompleto, 23,8% ensino médio completo, 20% superior incompleto, 33,1% superior completo e 8,1% possui pós-graduação.

Na questão sobre quem assina abaixo-assinados ou petições online, entre as respostas positivas 2,5% das pessoas têm ensino fundamental incompleto, 3% ensino fundamental completo, 7,5% ensino médio incompleto, 21,4% ensino médio completo, 22,4% superior incompleto, 36,3% superior completo e 7% possui pós-graduação.

Ao perguntar se participavam de discussões sobre temas relevantes para a cidade, 5,2% das pessoas que responderam positivamente têm ensino fundamental incompleto, 5,2% fundamental completo, 9,4% ensino médio incompleto, 27,4% ensino médio completo, 19,8% ensino superior incompleto, 28,3% superior completo e 4,7% pós-graduação.

Na questão acerca da utilização de equipamentos e/ou serviços públicos na região, 0,7% das pessoas que utilizam não possuem escolaridade, 14,5% têm fundamental incompleto, 9,5% fundamental completo, 12,4% ensino médio incompleto, 30,4% ensino médio completo, 10,7% ensino superior incompleto, 18,9% superior completo e 2,8% pós-graduação.

Ao perguntar se as pessoas acessam sites e portais governamentais, das que responderam positivamente 3,2% têm ensino fundamental incompleto, 2,9% ensino fundamental completo, 6,3% ensino médio incompleto, 29,9% ensino médio completo, 18% ensino superior incompleto, 34,2% ensino superior completo e 5,6% pós-graduação.

4. Considerações finais

A pesquisa realizada mostrou que São Paulo é uma cidade conectada. A maioria dos cidadãos tem computador em casa, já utiliza a Internet diariamente, e a rede tem trazido impactos na vida das pessoas do ponto de vista pessoal, social e profissional. A Internet tem se constituído um importante espaço de socialização, o que é considerado positivo pelos entrevistados.

O trabalho realizado permitiu analisar os usos e hábitos do paulistano em relação à Internet. Com o crescente acesso à rede através de dispositivos móveis, como celulares, é possível prever que a disponibilização de wi-fi livre nas praças da cidade, terá um papel importante, inclusive porque 60,1% dos entrevistados utilizam a rede sem fio fora de casa, mas apenas 24,4% em praças. Este percentual deverá crescer com o sinal aberto, podendo promover a maior permanência e ocupação desses espaços.

A pesquisa mostra que, além de importante ferramenta para a comunicação pessoal, a Internet é bastante utilizada para educação e busca de emprego. Em relação à participação política, os percentuais são baixos se comparados a essas outras áreas. Mas dentre os que usam a rede para debater políticas e saber de eventos com essa temática, há influência do fator sexo, renda e escolaridade.

As mulheres, por exemplo, participam mais de grupos de discussão política na Internet, mas presencialmente elas vão menos a manifestações convocadas pela rede. Elas também assinam menos petições e participam menos de votações e consultas online.

Em relação à raça, a pesquisa mostra que brancos também participam mais de consultas, votações, abaixo-assinados e acessam mais os portais governamentais. Já no que diz respeito à renda, a maioria dos que têm atuação política possui renda entre dois e cinco salários mínimos.

O fator escolaridade é, no entanto, fundamental para a disposição em participar politicamente. Enquanto, somente 3,4% dos entrevistados dizem ter



pós-graduação, dos que foram a manifestações convocadas pela Internet, 27,3% têm pós-graduação. A escolaridade também se reflete nas pautas das manifestações. Dos que convocaram protestos pela rede, os participantes dos Rolezinhos têm ensino fundamental.

Os dados e informações obtidos nesta pesquisa constituem uma base para o acompanhamento e análise das mudanças proporcionadas pelo acesso à Internet, bem como para a análise da diversidade de experiências de conexão e comportamento na rede, considerando o recorte de idade, gênero, raça e renda. Fatores de desigualdade no acesso à rede podem ser reparados na medida em que cidadãos com dispositivos aptos a receber sinal de Internet, mas sem condições financeiras para pagar pelo serviço, possam acessar à rede a poucos metros de casa e, talvez, agregando outras atividades, tais como a prática de exercícios físicos, socialização com vizinhos, dentre outros.

Referências

AKINS, Stephen K. Issues and trends in the Internet-based citizen participation. In: David Garson; Mehdi Khosrow-Pour (orgs.) / Handbook of research on public information technology. Londres: IGI Global, 2008.

BENKLER, Yochai. The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom. New Haven: Yale University, 2006.

BIMBER, Bruce. The study of information technology and civic engagement. Political Communication, v.17, p. 329-333, 2000.

BOWLER, S.; DONOVAN, T.. Demanding Choices: Opinion, Voting, and Direct Democracy. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.

CASTELLS, Manuel. The rise of the network society. Oxford: Blackwell, 1997.

_____. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.



COLEMAN, Stephen; BLUMLER, Jay G.. The Internet and democratic citizenship: Theory, practice and policy. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: Internet e participação política no Brasil / orgs. Rousiley Cely Moreira Maia, Wilson Gomes, Francisco Paulo Jamil Almeida Marques. Porto Alegre: Sulina, 2011.

LARSEN, E.; RAINIE, L.. The Rise of the E-citizen: How People Use Government Agencies' Web Sites. Pew Internet and American Life Project, 2002. Available at <http://www.pewinternet.org> (accessed December 7, 2006).

LUPIA, A.; MCCUBBINS, M.. The Democratic Dilemma: Can Citizens Learn What They Need to Know? New York: Cambridge University Press, 1998.

MAIA, Rousiley C. Moreira. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: Internet e participação política no Brasil / orgs. Rousiley Cely Moreira Maia, Wilson Gomes, Francisco Paulo Jamil Almeida Marques. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOSSBERGER, K.; TOLBERT, C. J.; MCNEAL, R. S.. Digital citizenship : the internet, society, and participation. Cambridge, Massachusetts; London, England: The MIT Press, 2008.

RHEINGOLD, Howard. The virtual community: homesteading on the electronic frontier. Reading: Addison-Wesley, 1993.

SILVEIRA, Sérgio A. Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias. In: Maria H. S. Bonilla & Nelson L. Pretto (orgs) Inclusão digital: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu; DIAS, Lia Ribeiro. Inclusão digital e capital social: implicações de uma relação. In: João Freire Filho, Maria das Graças Pinto Coelho. (Org.). A promoção do capital humano: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo. 1ed. Porto Alegre: Sulina, 2011,

TARROW, Sidney. Fishnets, internets and cabenets: globalization and transnational collective action. In: Michael P. Hanagan; Leslie P. Moch; Wayne Tebrake (Orgs.) / The past and future of collective action. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

TOLBERT, C. J.; MCNEAL, R. S.; SMITH, D. A.. Enhancing Civic Engagement: The Effects of Direct Democracy on Political Participation and Knowledge. State Politics and Policy Quarterly 3 (1): 23–41, 2003.